



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640193 - MG (2021/0013612-3)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JOICE JERONIMO SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FÁBIO DE SÁ PEREIRA - MT005286B  
JOICE JERONIMO SILVA - MT0160460  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JESUS JERONIMO SILVA  
**CORRÉU** : WELDER DE RESENDE  
**CORRÉU** : GILMAR STANGARI  
**CORRÉU** : BRAZ CORRÊA DE SOUZA  
**CORRÉU** : EDUARDO MARIANO DE SOUZA  
**CORRÉU** : MAURILIO FELIPE SANTIAGO  
**CORRÉU** : JOSÉ AMARAL DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de JESUS JERONIMO SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação Criminal n. 115159-95.2018.8.09.0175).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão no regime inicial fechado, pela prática do delito preceituado nos arts. 33, *caput*, e 35 c/c art. 40, III e VI, todos da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, pois o Tribunal local, a despeito de minorar a pena cominada, manteve o regime prisional mais gravoso, em recurso exclusivo da defesa, por fundamentos diversos aos estabelecidos pelo juízo sentenciante – o que importa em verdadeiro *reformatio in pejus* ao paciente.

Requer, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem, para que se reconheça o direito do paciente ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência